



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de

dezembro de 2011.

A NC Energia S.A. em 2011 registrou resultado operacional de R\$7,3 milhões. O lucro líquido em 2011 foi de R\$6,2 milhões O EBITDA em 2011 foi de R\$7,0 milhões.

A NC Energia S.A. reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece

à todos os seus Acionistas, ao Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

ATIVO	Nota	31/12/11		PASSIVO	Nota	31/12/11	
		31/12/11	31/12/10 (Reclassificado)			31/12/11	31/12/10 (Reclassificado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.009	23.119	Fornecedores	11	42.875	71.382
Contas a receber de clientes e outros	5	57.760	86.992	Salários e encargos a pagar	12	861	911
Títulos e valores mobiliários	6	287	-	Impostos e contribuições a recolher	7	9.707	2.770
Impostos e contribuições a recuperar	7	16.312	3.030	Dividendos e juros sobre capital próprio	13	29.253	9.015
Outros ativos circulantes		426	519	Outros passivos circulantes		96	86
TOTAL DO CIRCULANTE		78.794	113.660	TOTAL DO CIRCULANTE		82.792	84.164
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	11.730	11.730	Fornecedores	11	2.752	2.752
Impostos e contribuições a recuperar	7	238	-	Coligadas e controladas	18	1.238	1.238
Coligadas e controladas	18	464	404	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.990	3.990
Dividendos a receber		1.238	3.201	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Juros sobre capital próprio a receber		126	-	Capital social		13.600	13.600
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	713	-	Reservas de lucro		1.462	2.720
Investimentos	8	6.887	2.987	Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	29.252
Imobilizado	9	1.071	1.166	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.062	45.572
Intangível	10	461	578	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		101.844	133.726
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.050	20.066				
TOTAL DO ATIVO		101.844	133.726				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

1 Informações Gerais

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, co-geradores de energia e demais agentes do setor.

A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 07 de fevereiro de 2012.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à energia elétrica comprada na CCEE, ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência e realização de impostos e contribuição sociais diferidos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e compra de energia não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e outros.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

• Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.
- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.11. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.12. Intangível

Compreende o direito de licença de uso de software e manutenção do sistema. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.13. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e IOPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja O distribuído, a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

2.14. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3 Pronunciamentos Técnicos Revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e depósitos bancários à vista	50	176
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
• Fundos de investimento	3.959	22.943
	4.009	23.119

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificadas de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

	Ref.	31/12/11	31/12/10
			(Reclassificado)

Títulos a receber		49.111	81.941
Títulos a receber - partes relacionadas		10.509	1.683
		59.620	83.624
Comercialização de energia na CCEE	(a)	11.814	14.946
Serviços prestados a terceiros		152	152
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.096)	-
Total		69.490	98.722
Circulante		57.760	86.992
Não Circulante		11.730	11.730

Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

(a) O montante registrado na rubrica Comercialização de Energia na CCEE, inclui o valor de R\$ 11.730 registrado no ativo não circulante, que corresponde a um direito de crédito para a Companhia gerado após conclusão dos trabalhos da auditoria da liquidação do MAE sobre as operações de venda de energia de curto prazo" no âmbito da CCEE, (Mercado Atacado de Energia - MAE, à época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003. Este saldo vem sendo questionado judicialmente por algumas empresas do setor, em decorrência da interpretação das regras do mercado em vigor. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo questionado por entender que o valor será integralmente recebido, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que viem a ser indicadas pela CCEE.

A composição dos prazos de vencimento dos títulos a receber, é como segue:

	Saldos Vincendos	Vencidos Até 90 Dias	Total		PCLD	
			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Setor Público	-	-	-	-	-	-
Setor Privado	55.638	3.982	59.620	83.624	(2.096)	-
Total	55.638	3.982	59.620	83.624	(2.096)	-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010



...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31/12/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	7.194	7.194	57.638	57.638
Juros sobre capital próprio	(1.553)	(1.553)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste	5.641	5.641	57.638	57.638
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.410	508	14.409	5.187
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
JSCP	37	14	-	-
Outras adições	800	296	19	7
Subtotal adições	837	310	19	7
(-) Exclusões				
Equivalência patrimonial	(892)	(321)	(553)	(199)
Incentivos audiovisuais/Rouanet e PAT	(23)	-	-	-
Outras exclusões	(94)	(34)	18	(332)
Subtotal exclusões	(1.009)	(355)	(535)	(531)
Imposto de renda e contribuição social no período	1.238	463	13.893	4.663
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado	(524)	(189)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	714	274	13.893	4.663
Corrente	1.238	463	13.893	4.663
Diferido	(524)	(189)	-	-
	714	274	13.893	4.663

8 Investimentos

A NC Energia possui investimento de 99% na Neoenergia Serviços Ltda., cuja atividade operacional atende a Arrecadação das distribuidoras CELPE e COSERN, controladas do grupo Neoenergia, cujo propósito visa à melhoria da sua rede de arrecadação. A partir de 2009, passou a prestar serviços de O & M, para as empresas de Geração do grupo Neoenergia.

a) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31 de Dezembro de 2010		Reversão de Dividendos de Exercícios Anteriores		Saldos em 31 de Dezembro de 2011	
	Adquirido	Patrimonial	Anteriores	JSCP	Adquirido	Patrimonial
Neoenergia Serviços Ltda.	2.481	3.567	1.133	(846)	6.334	-
Outros Investimentos avaliados pelo custo	506	47	-	-	553	-
Total	2.987	47	3.567	1.133	(846)	6.887

b) Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2011

	Participação no capital	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total dos ativos	Resultado de equivalência patrimonial
Participação no capital	99%	6.398	3.603	17.884	3.567
Patrimônio líquido	-	6.398	3.603	17.884	3.567
Lucro do exercício	-	-	3.603	-	-
Total dos ativos	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	3.567

Em 31 de dezembro de 2010

	Participação no capital	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total dos ativos	Resultado de equivalência patrimonial
Participação no capital	99%	2.506	2.228	9.994	2.206
Patrimônio líquido	-	2.506	2.228	9.994	2.206
Lucro do exercício	-	-	2.228	-	-
Total dos ativos	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	2.206

9 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/11			31/12/10		
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	Depreciação Amortizada Acumulada	Valor Líquido	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	Depreciação Amortizada Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	4,00%	1.021	(235)	786	827	
Máquinas e Equipamentos	4,68%	665	(545)	120	166	
Veículos	20,08%	142	(103)	39	55	
Móveis e Utensílios	9,42%	226	(174)	52	75	
Subtotal	2,054	(1.057)	997	1.123	1.123	
Em curso						
Máquinas e Equipamentos	-	74	-	74	43	
Subtotal	-	74	-	74	43	
Total	2,128	(1.057)	1.071	1.166	1.166	

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em Serviço		Em Curso		Total
	Depreciação Amortizada Acumulada	Valor Líquido	Depreciação Amortizada Acumulada	Valor Líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.036	(913)	43	43	1.166
Adições	-	-	49	49	49
Amortização	-	(144)	(144)	-	(144)
Transferências	18	-	18	(18)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.054	(1.057)	997	74	1.071

Análise do valor de recuperação dos ativos
A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

10 Intangível

O valor dos ativos intangíveis está composto da seguinte forma:

	31/12/11			31/12/10		
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Amortização (%)	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Amortização (%)	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Direito de Uso de Software	20%	1.108	(647)	461	276	
Em curso						
Outros	-	-	-	-	302	
Total	1,108	(647)	461	461	578	

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço		Em Curso		Total
	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	806	(530)	276	302	578
Amortização	-	(117)	(117)	-	(117)
Transferências - Intangíveis	302	-	302	(302)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.108	(647)	461	-	461

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da NC Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Paulo César Fernandes da Cunha
Diretor-Presidente
Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas
Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle
Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente
Gonzalo Pérez Fernández
Vice-Presidente
Titulares
Jose Mauricio Pereira Coelho
Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa
Suplentes
Jorge Luiz Pacheco
André Luis Dantas Furtado
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG – 068369/O-O-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da NC Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras da NC Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

11 Fornecedores

Fornecedores	31/12/11	31/12/10
Energia Elétrica:	40.719	64.138
Terceiros	39.667	64.138
Partes Relacionadas	1.052	-
Encargos de Uso da Rede	2.833	-
Terceiros	2.833	-
Materiais e Serviços	2.075	9.996
Terceiros	2.041	9.994
Partes Relacionadas	34	2
Total	45.627	74.134
Circulante	42.875	71.382
Não Circulante	2.752	2.752

12 Salários e Encargos a Pagar

	31/12/11	31/12/10
Salários	16	362
Encargos sociais	-	361
Provisões férias e 13º salário	242	182
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	83	6
Provisão PLR	520	-
Total	861	911

13 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Prevento	Valor Deliberado	Valor por Ação	ON
2011				
AGO/E de 9 de setembro de 2011	Dividendos de 2010	29.239	2,14994546	-
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	664	0,048823529	-
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	664	0,048823529	-
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos intermediários 2011	5.911	0,434640866	-
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	225	0,016544118	-
		36.703		
2010				
RCA de 22 de março de 2010	JSCP	245	0,017941176	-
RCA de 30 de junho de 2010	JSCP	245	0,018000000	-
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP	244	0,017941176	-
RCA de 30 de dezembro de 2010	JSCP	244	0,017941176	-
		978		

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios e propostos é como segue:

	31/12/11	31/12/10
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	6.206	39.082
Absorção de prejuízo acumulado	-	(96)
Base de cálculo do dividendo	6.206	38.986
Dividendos mínimos obrigatórios	1.552	9.747

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, é como segue:

	31/12/11	31/12/10
Saldos em 31 de dezembro de 2010		
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	7.464	-
Propostos	29.252	-
Pagos no período	(16.478)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	29.253	

14 Patrimônio Líquido

Capital Social
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 13.600 e está representado por ações sem valor nominal como segue:

	Nº de Ações (Em Mil)		
	Ações Ordinárias	%	
Acionistas Neoenergia S.A.	13.600	100,0	
Total	13.600	100,0	

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constitui reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite adicionalmente a Companhia utilizou a reserva legal para compensar o prejuízo do exercício no valor de R\$ 1.258.

	31/12/11	31/12/10
Reserva Legal		
Fornecimento de Energia	563.519	616.553
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	4.156
Outras Receitas	117	1.113
Total	563.636	621.822

15 Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10
Fornecimento de Energia	563.519	616.553
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	4.156
Outras Receitas	117	1.113
Total	563.636	621.822

16 Deduções da Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10
Impostos:		
ICMS	(58.423)	(59.350)
PIS	(8.382)	(9.224)
COFINS	(38.607)	(42.484)
ISS	(6)	(263)
Total	(105.418)	(111.321)

17 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/11			Total
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	
Pessoal	(a)	-	(5.766)	(5.766)
Administradores	(14)	-	(524)	(538)
Entidade de previdência privada	-	-	(171)	(171)